

Crise do 2º grau reflete o caos geral

Indefinição em todo o mundo

Fernando Lemos

O segundo grau é um espelho das péssimas condições que assolam a educação brasileira. O quadro alarmante apontado no estudo *O Ensino de Segundo Grau no Brasil — Caracterização e Perspectiva* — coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) e cujos primeiros resultados foram divulgados esta semana — revelando, entre outros índices, pouco mais de 14% dos jovens entre 15 e 19 anos na escola, tem boa parte de suas causas nos dois extremos que comprimem o segundo grau: o ensino básico e a universidade.

Na avaliação de educadores, a faixa de ensino pesquisada sofre com a baixa qualidade dos professores, o que seria uma responsabilidade do 3º grau, que os forma nos cursos de licenciatura, e com as péssimas condições do ensino de 1º grau, que expulsa os alunos da trajetória escolar normal, antes que concluam a 8ª série, graças às sucessivas repetências — que chegam a 50% da 1ª para a 2ª série — e à evasão que se segue. Problemas como esses é que fazem com que o número de adolescentes no 2º grau, no país, seja inferior ao da média da América Latina (51,6%), dos países do Primeiro Mundo (90%) e da Ásia (40%). A Coreia, um dos *tigres asiáticos*, tem cerca de 85% de sua população adolescente terminando o 2º grau — um índice exatamente oposto ao do Brasil, onde 85% dos jovens estão fora das escolas.

O país precisa de mais gente no segundo grau, mas, para isso, a expansão pura e simples de vagas não é solução. A demanda é que é pequena. Dados do MEC de 1975 a 1985 mostram que o número de vagas do 2º grau tem atendido entre 80% e 90% da demanda. Em 1985, por exemplo, a demanda potencial real, isto é, estudantes aptos a cursar o 2º grau, com o 1º grau concluído, era de 3,4 milhões, tendo sido registradas 3 milhões de matrículas, cobrindo 87% desta população. Segundo o pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, do Laboratório Nacional de Computação Científica, 95% de uma geração entram no 1º grau, mas somente 36% concluem as oito séries.

“Não adianta expandir as vagas para dar espaço a todos os jovens de 15 a 19 anos porque vai se abrir à toa uma rede de escolas, já que o 1º grau não está formando gente para ocupar essas vagas”, analisa a professora Azuete Fogaça, pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ, na área de educação e novas tecnologias, há 15 anos trabalhando com o 2º grau. “É preciso expandir e melhorar o 1º grau para depois ir ampliando o 2º”, explica a professora. Ela alerta, porém, para o fato de as vagas estarem mal distribuídas — enquanto há cidades com escolas ociosas, em outras os adolescentes não têm onde estudar.

Mas há problemas intrínsecos ao ensino médio que podem ser resolvidos a despeito das mazelas de seus vizinhos, o 1º e o 3º graus. Os recursos escassos que não permitem a equipagem adequada das escolas secundárias, sejam elas profissionalizantes ou não, com boas bibliotecas e laboratórios, e a reciclagem de professores, levam a protestos quanto à intenção do ministro da Educação Carlos Chiarelli de construir 300 escolas técnicas. “Não adianta”, afirma a professora Azuete. “Em vez de investir nisso, o MEC poderia dar apoio financeiro aos estados para melhorar o que já temos”, propõe.

A situação do Rio comprova que há acertos a serem feitos na rede de ensino médio. A demanda é mal atendida, já que no ano passado havia 70 mil alunos inscritos para estudarem na rede pública, para apenas 41 mil vagas. Mesmo esse atendimento é fruto de artifícios para se colocar mais gente nos bancos escolares. Das 99 escolas do município do Rio, por exemplo, 58 são essencialmente noturnas, o que significa, segundo o coordenador de 2º grau da Secretaria de Estado de Educação, Fernando Mota, que funcionam precariamente nas escolas municipais, que cedem apenas as salas de aula e uma sala para a diretora. Não há acesso às demais dependências da escola, como bibliotecas e auditório.

Carências — No corpo docente também há falhas. A carência de professores de Geografia, Química, Física, Matemática e História não é corrigida desde 1987, quando não houve inscrições suficientes, no concurso aberto para se suprirem as vagas. Num outro concurso, para contratar professores de cursos profissionalizantes, cujas inscrições se encerraram sexta-feira, faltaram candidatos em cinco cidades do interior do estado.

Com doações e “alguma ginástica”, a Secretaria já equipou quatro escolas com computadores e duas com videocassetes, para que os alunos tenham acesso às fitas de vídeo cedidas pelo Telecurso Segundo Grau. O Colégio Estadual Olavo Bilac, que oferece curso profissionalizante de Processamento de Dados, só a partir deste ano conta com computadores para os alunos.

No MEC, os planos para o ensino de 2º grau são modestos e ainda estão em formulação. O ministro Carlos Chiarelli, que prometeu um repasse de Cr\$ 2,5 bilhões a esta faixa, não informa como os recursos serão distribuídos. Na Coordenação de Ensino Médio do ministério não há projetos para o setor. “A preocupação é assegurar vagas na rede pública para os alunos que saem do 1º grau”, limita-se a dizer o responsável pelo setor, Célio Cunha.

Definir um currículo para o 2º grau, para dar ao estudante uma formação global, de modo a prepará-lo para lidar com as novas tecnologias, é, ainda, uma dificuldade mundial. “Hoje, faz-se necessária uma formação não especializada, mas ampla o suficiente para o aluno encarar as freqüentes mudanças tecnológicas e trabalhar em diferentes modos de produção”, explica a pesquisadora Azuete Fogaça, da UFRJ. “Ainda não se sabe bem como fazer isso, seja na escola de formação acadêmica, seja na escola de formação profissionalizante”, diz.

Segundo ela, mesmo em países como a Alemanha, que está na frente nos estudos sobre uma nova proposta curricular para as escolas, ainda não se promoveram modificações significativas nos currículos. “Nisso, o Brasil não está defasado. Estamos defasados é no número de pessoas que estão no 2º grau e na qualidade do ensino. Ainda não formamos alunos que saibam falar português, fazer contas, colocar as idéias em ordem e que conheçam a História do Brasil”, alerta.

Estabelecer uma identidade para o 2º grau, como formador de mão-de-obra técnica ou preparador para o 3º grau, discussão que tem mobilizado muitos educadores é, na opinião de Azuete Fogaça, “um falso dilema”. Para ela, a quase totalidade dos alunos que conseguem formar-se no 2º grau já têm objetivo definido: visam à universidade e não ao mercado de trabalho. “Mesmo quem se matricula numa escola técnica, na maioria das vezes, faz isso para ter uma base melhor para a Faculdade de Engenharia, por exemplo”, afirma. “É uma minoria privilegiada que está no 2º grau, hoje, e não quer parar aí”.



Azuete Fogaça vê discriminações

Como que para comprovar isso, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que aguarda votação no Congresso, traz novidades para combater as más consequências da profissionalização compulsória presente na Lei 5.692, que vigorou de 1971 a 1981, e que deixou como seqüelas até hoje o sacrifício de disciplinas fundamentais para se enfrentar o vestibular. Pelo novo texto, os cursos-profissionalizantes serão obrigados a aumentar a carga horária em mais um ano, passando a durar quatro, para dar espaço a disciplinas de formação geral, ao lado das de conteúdo técnico. “A Lei 5.692 era discriminatória porque admitiu a pobreza, ao prever a criação de escolas para alunos trabalharem mais cedo”, acredita o relator da nova LDB, deputado Jorge Hage (PSDB-BA).